

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 151 – 15/06 à 19/06/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Terceirização de trabalho temporário de atividade-fim é constitucional](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/06/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017), que permitiu a terceirização de atividades-fim das empresas urbanas. Por maioria de votos, foram julgadas improcedentes cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 5685, 5686, 5687, 5695 e 5735) que questionavam as mudanças nas regras de terceirização de trabalho temporário introduzidas pela lei. O julgamento foi realizado na sessão virtual encerrada no dias 15/6.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[JBS poderá utilizar seguro-garantia judicial com prazo de vigência determinado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/06/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a deserção do recurso da JBS S.A. declarada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), por ter utilizado apólice de seguro-garantia judicial com prazo determinado, em vez de depósito recursal para garantir a execução da sentença. Segundo o TRT, o prazo deveria ser indeterminado, mas os ministros reformaram a decisão sob o entendimento de que a substituição é prevista em lei e a restrição não poderia ter sido imposta.

[Testemunha não é suspeita por mover ação idêntica contra mesma empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/06/2020

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que a testemunha apresentada por um motorista da Base Indústrias Reunidas Ltda., fabricante dos colchões Biflex, em Aparecida de Goiânia (GO), seja ouvida em juízo em ação por danos morais contra a empresa. Ela havia sido considerada suspeita por já ter ajuizado contra a mesma empresa, mas, segundo o colegiado, a rejeição da testemunha por esse motivo caracteriza cerceamento de defesa.

[Mantida estabilidade para empregado que omitiu lesão anterior a acidente de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/06/2020

A União Química Farmacêutica Nacional S.A., de Brasília-DF, não conseguiu anular decisão que reconheceu a estabilidade acidentária para um empregado que teria omitido lesão anterior e se utilizado de um “novo acidente” para receber o benefício. O caso foi analisado pela Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho, que entendeu não ter havido relação de causa e efeito entre a omissão

do empregado e o julgamento que lhe foi favorável.

[TST divulga levantamento oficial com número de ações relacionadas ao coronavírus na Justiça do Trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/06/2020

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgou, nesta quinta-feira (18), levantamento com o número de casos novos de ações originárias nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho com o assunto "Covid-19". No período de janeiro a maio de 2020, foram mais de 7,7 mil novas ações classificadas com o tema.

[Citação por edital é considerada nula, e empresa terá oportunidade de se defender](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/06/2020

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho considerou nula citação feita por edital à Logistic Center S.A., de Jardim Belval-SP, para comparecer em audiência inicial em ação trabalhista movida por um motorista. Segundo o colegiado, não foram utilizados outros meios na tentativa de localizar a empresa, o que demonstra ter havido cerceamento de defesa.

[Horas extras não quitadas justificam rescisão indireta de contrato de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/06/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que a Associação Pestalozzi de Campo Grande (MS) converta para rescisão indireta o pedido de demissão de uma secretária e pague a ela as verbas rescisórias correspondentes. A entidade deixou de pagar horas extras à trabalhadora, o que, segundo o colegiado, representa descumprimento de obrigação contratual e conduta grave do empregador.



Notícias do Executivo

[Portarias trazem orientações para ambientes de trabalho durante a pandemia](#)

Ministério da Economia - 19/06/2020

Publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (19/6), duas portarias conjuntas trazem medidas para prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 nos ambientes de trabalho. Uma, de [orientações gerais](#), é assinada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Seprt-ME) e pelo Ministério da Saúde; a outra, específica para [frigoríficos e laticínios](#), além das duas Pastas, tem a assinatura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

[Agências do INSS serão reabertas a partir de 13 de julho](#)

Ministério da Economia - 19/06/2020

A Secretaria de Especial de Previdência e Trabalho (Seprt) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) anunciaram o retorno gradativo do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social, a partir do dia 13 de julho. O atendimento por meio de canais remotos continuará sendo realizado mesmo após a reabertura das agências. O comunicado foi feito durante reunião do Conselho Nacional de Previdência na manhã desta sexta-feira (19/6).

[INSS prorroga por 60 dias prazo de procedimentos para evitar bloqueio de pagamentos](#)

Ministério da Economia - 18/06/2020

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorrogou por mais 60 dias o prazo para que beneficiários cumpram exigências junto ao órgão. A medida consta na [Portaria 680](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (18/6), e visa a preservar benefícios enquanto vigorar a decretação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus

[Pagamento de contribuições sociais com vencimento em junho poderá ser feito até novembro](#)

Ministério da Economia - 17/06/2020

O prazo para pagamento da contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que deveria ocorrer em junho de 2020, foi adiado para novembro de 2020. A medida está prevista na [Portaria nº 245, de 16 de junho de 2020](#), publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (17/6).

[Economia estabelece análise parametrizada para aprovação de obras públicas](#)

Ministério da Economia - 17/06/2020

União estabeleceu, por meio da [Portaria Interministerial nº 13.1395/2020](#), a adoção de análise paramétrica para aprovação dos orçamentos prévios de obras e serviços de engenharia realizados com recursos de transferências voluntárias. Esse tipo de análise vai simplificar e reduzir os custos da aprovação dos projetos. A medida é válida para obras com valor abaixo de R\$ 1,5 milhão, realizadas por estados e municípios. Com a iniciativa, o tempo de análise será reduzido em 40% – de 12 para 7 meses.

[Registro Público de Empresas é simplificado em único ato normativo](#)

Ministério da Economia - 15/06/2020

As regras gerais do Registro Público de Empresas foram consolidadas em um só documento público. Nesta segunda-feira (15/6), foi publicada no Diário Oficial da União a [Instrução Normativa nº 81](#), que revisa as diretrizes expedidas pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei), desde o ano de 2013, acerca da regulamentação do registro empresarial, bem como de toda a legislação pertinente. Ao todo, foram revogadas 56 normas, sendo 44 instruções normativas e 12 ofícios circulares. A iniciativa faz parte do processo de simplificação e desburocratização implementado pela [Lei de Liberdade Econômica](#).

[Ministério da Saúde publica orientações para retomada segura das atividades](#)

Ministério da Saúde - 19/06/2020

O Ministério da Saúde, publicou nesta sexta-feira (19), no Diário Oficial da União (DOU), a [portaria nº 1.565](#), que estabelece orientações gerais à prevenção, o controle e à mitigação da transmissão da Covid-19. As orientações também são voltadas à promoção da saúde física e mental da população. O objetivo é apoiar as estratégias locais para retomada segura das atividades e do convívio social, respeitando as especificidades e características de cada setor ou ramo de atividade.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT e Caixa firmam acordo para individualizar recolhimento de FGTS](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/06/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) firmou acordo de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF) para promover troca de informações e auxílio técnico de equipes para que atuem no cumprimento das exigências legais do FGTS. O foco inicial do acordo será os recolhimentos feitos ao FGTS pelos empregadores e que não foram individualizados aos titulares das contas vinculadas do fundo em razão da ausência de informações obrigatórias. O objetivo é contribuir para que os recursos depositados sejam efetivamente recebidos pelas trabalhadoras.

[Covid-19: Divulgada atualização de resultados das medidas adotadas nas 24 unidades regionais do MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/06/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) disponibilizou nesta quarta-feira (17) mais uma atualização dos resultados das medidas adotadas nas 24 unidades regionais durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Desde o início da pandemia, as Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) do MPT vêm atuando em parceria com outras instituições como integrante de gabinetes de crise interinstitucional. Em todo o país, o MPT também vem promovendo articulação com entidades ligadas a setores como o portuário e o petrolífero para evitar a demissão em massa de trabalhadores e trabalhando em conjunto com autoridades sanitárias para acompanhar a fiscalização de medidas de saúde e segurança do trabalho nas empresas.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 927: Redação aprovada na Câmara retira dispositivos relativos à Fiscalização, mas piora situação de trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/06/2020

A Câmara aprovou na noite desta quarta-feira, 17 de junho, a Medida Provisória – MP nº 927/2020 que, em tese, fixa regras trabalhistas para enfrentar o período da pandemia do novo coronavírus. O texto, aprovado na forma do projeto de lei de conversão do deputado Celso Maldaner (MDB-SC), convalida demissões de atos anteriores, enfraquece a negociação coletiva dos sindicatos, reduz salário e valores a receber como verbas rescisórias e admite a suspensão de acordos celebrados antes da pandemia. Os dispositivos relativos à Fiscalização do Trabalho foram retirados da redação final que será, agora, apreciada pelo Senado Federal.

[Senado aprova MP 936. Governo poderá ampliar período de redução de jornada e suspensão de contratos de trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/06/2020

O plenário do Senado aprovou por unanimidade, em sessão remota, nesta terça-feira, 16 de junho, a Medida Provisória – MP nº 936/2020, que trata da suspensão do contrato de trabalho e redução de salário e de jornada durante a pandemia do coronavírus. Os senadores excluíram trechos acrescentados pela Câmara dos Deputados que alteravam dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. O texto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro.



Notícias do e-Social

[Estado de calamidade: prorrogado o prazo para recolhimento de contribuições previdenciárias do mês de maio/2020](#)

Portal eSocial - 17/06/2020

Foi prorrogado o prazo para o recolhimento de contribuições previdenciárias patronais do mês de MAIO/2020, conforme [Portaria do Ministério da Economia nº 245, de 15 de junho de 2020](#). O novo vencimento é 20/11/2020. Portanto, os valores relativos ao período de apuração 05/2020, que deveriam ser pagos até 19/06/2020, poderão ser pagos até 20/11/2020, junto com as contribuições referentes ao mês de outubro.



Atos Normativos

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, DE 13 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 13/06/2020 Seção I Extra Pág.15) - Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital;

[PORTARIA Nº 413, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 15/06/2020 Seção I Extra Pág.01) - Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 17/06/2020 Seção I Pág. 07) - Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos;

[DECRETO Nº 10.398, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 17/06/2020 Seção I Pág. 09) - Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

[PORTARIA CONJUNTA Nº 246, DE 12 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 17/06/2020 Seção I Pág. 43) - Dispõe sobre a fixação dos valores e dos procedimentos necessários para o pagamento dos honorários periciais, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019;

[PORTARIA ME Nº 245, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 17/06/2020 Seção I Pág. 43) - Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus;

[PORTARIA ME Nº 247, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 17/06/2020 Seção I Pág. 44) - Disciplina os critérios e procedimentos para a elaboração de proposta e de celebração de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica e no de pequeno valor;

[PORTARIA PGFN N° 14.402, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 17/06/2020 Seção I Pág. 46) - Estabelece as condições para transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na perspectiva de recebimento de créditos inscritos;

[RESOLUÇÃO N° 2, DE 21 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 17/06/2020 Seção I Pág. 81) - Recomenda aos Conselhos dos Direitos das Mulheres dos Estados e Municípios a disponibilização de dados e informações sobre a violação dos direitos das mulheres em decorrência da Medida Provisória n.º 936/2020, considerando as questões regionais; assim como a adoção das providências cabíveis junto ao Ministério Público Federal para que seja diligenciada a promoção dos direitos das mulheres trabalhadoras, com especial atenção para as mulheres provedoras de família monoparental e das vítimas de violência doméstica, e das mulheres gestantes e puérperas;

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 67, DE 2020](#) (DOU de 18/06/2020 Seção I Pág. 01) - Estabelece a prorrogação por sessenta dias a Medida Provisória n° 955, de 20 de abril de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Revoga a Medida Provisória n° 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias;

[RETIFICAÇÃO PORTARIA N° 247, DE 16 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 18/06/2020 Seção I Pág. 18) - Disciplina os critérios e procedimentos para a elaboração de proposta e de celebração de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica e no de pequeno valor.”. No parágrafo único do art. 2º onde se lê: “A disposto no inc. VIII será efetivado, ...”, leia-se: “O disposto no inciso VIII do caput será efetivado, ...”;

[PORTARIA INSS N° 680, DE 17 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 18/06/2020 Seção I Pág. 32) - Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19);

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT N° 19, DE 18 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 19/06/2020 Seção I Pág. 12) - Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano e laticínios. (Processo n° 19966.100565/2020-68);

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT N° 20, DE 18 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 19/06/2020 Seção I Pág. 14) - Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). (Processo n° 19966.100581/2020-51);

[CIRCULAR CEF Nº 913, DE 18 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 19/06/2020 Seção I Pág. 25) - Publica a versão 13 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS;

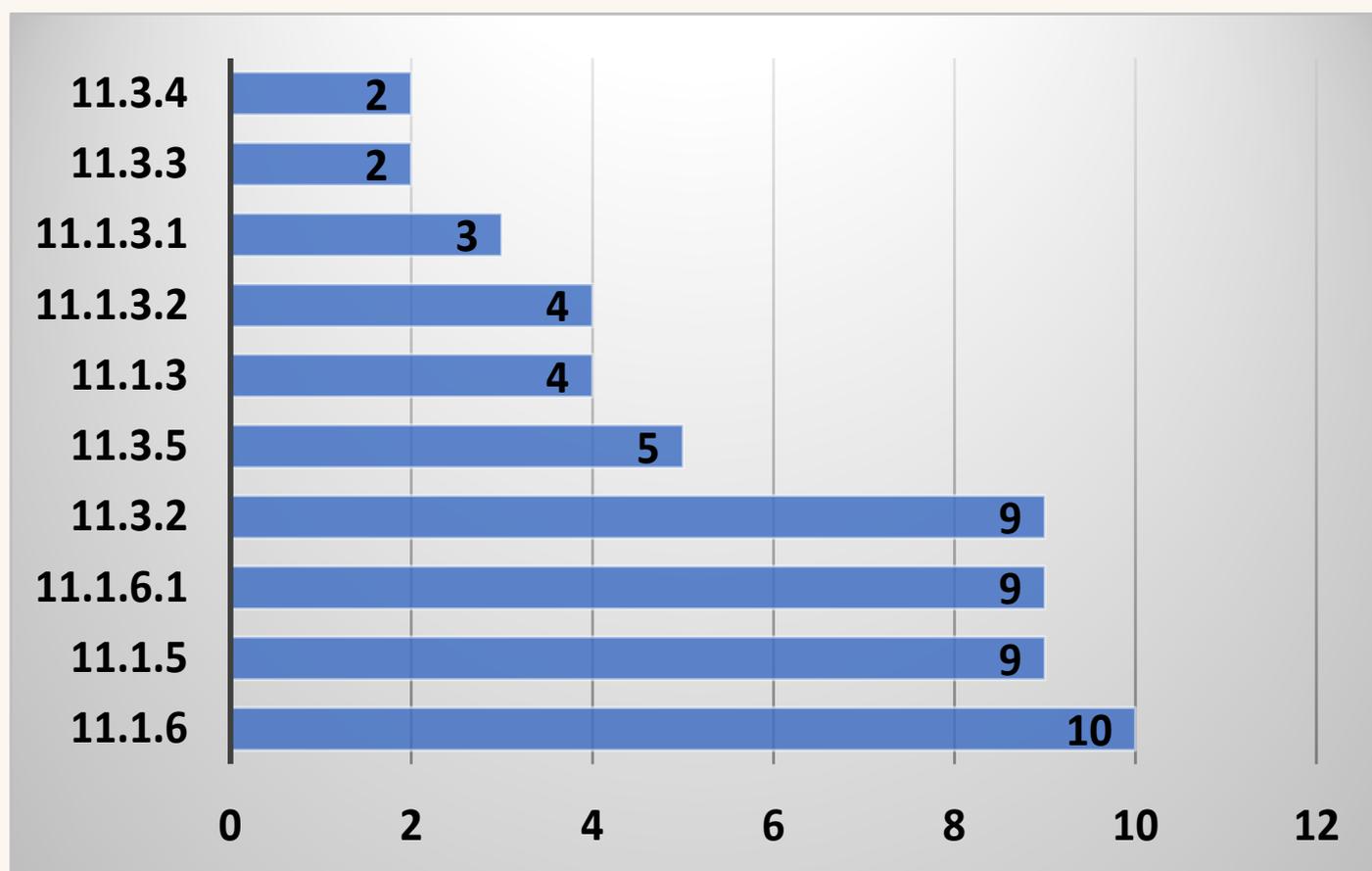
[PORTARIA MS Nº 1.565, DE 18 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 19/06/2020 Seção I Pág. 64) - Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro;

[PORTARIA RFB Nº 1.039, DE 18 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 19/06/2020 Seção I Extra Pág. 03) - Altera a Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020, que dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais) mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

11.1.6. Os operadores de equipamentos de transporte motorizado deverão ser habilitados e só poderão dirigir se durante o horário de trabalho portarem um cartão de identificação, com o nome e fotografia, em lugar visível.

11.1.5. Nos equipamentos de transporte, com força motriz própria, o operador deverá receber treinamento específico, dado pela empresa, que o habilitará nessa função.

11.1.6.1. O cartão terá a validade de 1 (um) ano, salvo imprevisto, e, para a revalidação, o empregado deverá passar por exame de saúde completo, por conta do empregador.

11.3.2. O material armazenado deverá ser disposto de forma a evitar a obstrução de portas, equipamentos contra incêndio, saídas de emergências, etc.

11.3.5. O armazenamento deverá obedecer aos requisitos de segurança especiais a cada tipo de material.

11.1.3. Os equipamentos utilizados na movimentação de materiais, tais como ascensores, elevadores de carga, guindastes, monta-carga, pontes-rolantes, talhas, empilhadeiras, guinchos, esteiras-rolantes, transportadores de diferentes tipos, serão calculados e construídos de maneira que ofereçam as necessárias garantias de resistência e segurança e conservados em perfeitas condições de trabalho.

11.1.3.2. Em todo o equipamento será indicado, em lugar visível, a carga máxima de trabalho permitida.

11.1.3.1. Especial atenção será dada aos cabos de aço, cordas, correntes, roldanas e ganchos que deverão ser inspecionados, permanentemente, substituindo-se as suas partes defeituosas.

11.3.3. Material empilhado deverá ficar afastado das estruturas laterais do prédio a uma distância de pelo menos 0,50m (cinquenta centímetros).

11.3.4. A disposição da carga não deverá dificultar o trânsito, a iluminação, e o acesso às saídas de emergência.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula